

Aconteceu

Começa mais um ano sob o signo da recessão

Neusa Maria Dias/MO-CEDI



Com Vicentinho ao microfone, Fleury adere à vigília

Feliz 1992. Eis os presentes que o Brasil ganhou de seu governo na passagem do ano. Q remédio amargo da recessão continua. Os empresários prevêem uma nova onda de demissões e falências. Os juros se manterão altos. Para o projeto de reforma agrária, o go-

verno calcula que uma quantia igual ao PIB da Costa Rica é suficiente para uma área do tamanho do Uruguai.

Se os impostos sobem, as tarifas públicas não ficam atrás. Invejosos, os preços vão para o espaço e a inflação não sai da casa dos 20%. Há quem

tema que a violência urbana seja a antesala de uma guerra civil não declarada. Collor, cada vez mais isolado interna e externamente, não dispõe de uma agenda política consistente, a não ser o *cooper* de final de semana e suas camisas otimizadas. Mastalvez o paciente se revolte com o tratamento que lhe é oferecido e rejeite o purgante da recessão.

A vigília promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo pretende ser um passo inicial no sentido de articular a sociedade civil em torno de um movimento pela retomada das atividades produtivas, reunindo personagens tão díspares quanto Vicentinho, Mário Amato, Lula, Fleury, Meneguelli e Emerson Kapaz. (páginas 2, 3 e 13)

Fome e exploração nos canais do Nordeste criam "pigmeus" de 1.40 metro
(página 6)

Governo corta orçamento da Funai e põe em risco demarcação de áreas indígenas
(página 11)

Aulas e recursos insuficientes deixarão cinco milhões de crianças sem escola em 92
(página 12)

IBGE prevê crescimento populacional abaixo de 1,8%

O censo demográfico de 1991 vai confirmar as expectativas dos demógrafos de que, nos últimos onze anos, o Brasil realizou sua "transição demográfica", fenômeno referente a queda significativa da taxa anual de crescimento da população.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos 23 estados onde a coleta de dados do censo já foi concluída, registrou-se uma taxa de expansão demográfica/ano de 1,98%. Conforme o IBGE, os quatro estados ainda em pesquisa - Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco - devem puxar a taxa demográfica para baixo, o que poderá informar uma taxa para o Brasil entre 1,8% e 1,5% ao ano, bem inferior aos 2,48%

apurados no último censo de 1980.

Essa "transição demográfica", a ser confirmada, foi consequência das mudanças de hábitos e da urbanização exacerbada pela qual passou o país nos últimos onze anos. A entrada da mulher no mercado de trabalho foi um dos fatores indutores da queda da taxa de fertilidade, que deverá baixar para um nível de três filhos por mulher, ante seis filhos nos últimos vinte anos. Em 1980, a participação da mulher na força de trabalho nacional não era superior a 30%, chegando a 35% em 1990, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A urbanização é outro fator indutor de mudança de hábitos culturais. O Brasil, segundo a PNAD/90, conta com 73% de sua população

morando nas cidades. Com isso, as pessoas passam a ter mais acesso à informação e, conseqüentemente, aos métodos contraceptivos.

Outra consequência ligada diretamente ao fenômeno da "transição demográfica", é que o tamanho da família brasileira encolheu para uma média de 3,9 pessoas.

Essas alterações profundas passam, naturalmente, pelo crivo das crises econômicas vividas pelo país na década de 80, onde os filhos passam a ser despesa. Com isso, o país passa a ter uma mortalidade infantil também diminuída, uma população mais velha, com melhores perspectivas de vida, exigindo do governo maiores recursos para sua sobrevivência (*Gazeta Mercantil*, 3/1/91)

Brasil quer atrair cientistas soviéticos

A rápida desintegração da União Soviética acelerou um projeto que o governo acalenta desde o ano passado: atrair "cérebros" das ex-repúblicas soviéticas para o Brasil. Estão trabalhando nesse programa o Itamaraty, o Ministério da Educação, a Secretaria da Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Não se sabe se o Brasil entrará sozinho nessa tarefa ou em conjunto com a Argentina e Uruguai que manifestaram interesse semelhante. Entre as atividades a serem desempenhadas por esses cientistas estão o ensino universitário, pesquisas em entidades governamentais de ciência e tecnologia, esportes, artes e indústrias. De acordo com o Itamaraty, serão identificadas áreas prioritárias, com pouca mão-de-obra qualificada. Estima-

se que o setor privado também participe do projeto.

Programa paulista - O governo de São Paulo já tem os recursos assegurados para trazer do Leste Europeu e particularmente da antiga União Soviética, este ano, cerca de 30 cientistas "de excelência comprovada", que possam contribuir para "um salto na produção das universidades e institutos de pesquisa do Estado". A informação é do assessor de Relações Internacionais, Luís Gonzaga de Mello Belluzzo.

Belluzzo preferiu não informar o montante dos recursos autorizados para esse programa, mas observou que os salários para os cientistas estarão na faixa de US\$ 5 mil a US\$ 6 mil. Para uma melhor comparação, o teto salarial na Universidade de SP, no caso de um profes-

sor titular com mais de vinte anos de serviço e o máximo de titulação, não passa de Cr\$ 4.600.000,00, aproximadamente US\$ 4,2 mil.

A idéia de receber os "cérebros" do exterior surgiu em abril do ano passado, quando a embaixada soviética começou a ser procurada por pessoas que desejavam sair do país. O ministro da Educação, José Goldemberg, e o Itamaraty encamparam a idéia e iniciaram o programa piloto. A ironia da história vem do fato de que 1990 foi o ano em que se destinou a menor verba da história do país para ciência e tecnologia e, no final do ano passado os jornais noticiavam a saída de cientistas brasileiros para o exterior, desanimados com os salários e a falta de verbas (*Gazeta Mercantil*, 4 e 6/1/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (Interino): Giancarlo Summa ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Geraldo Andreello (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Paulo Roberto Salles Garcia (Interino Igrejas), Antonio L. Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsle (Economia), Luis Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Anita de M. Slade (RJ) e Claudia Salvetti (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ★ **Fone:** (021) 224-6713 — **Fax:** (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983

01238 - São Paulo - SP ★ **Fone:** (011) 825-5544 — **Fax:** (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00

Assinatura Exterior: US\$ 50

Collor declara guerra contra aposentados

O governo, que deveria ter matado "o tigre da inflação com um tiro só" e ter velozmente reformado a previdência, acabando, é claro, com todos os "marajás", trava uma guerra sem tréguas contra os 12 milhões de aposentados.

Eles foram considerados "culpados" por terem recorrido à justiça para obter o devido reajuste de 147% nos seus vencimentos. A Justiça Federal no Rio e São Paulo acatou o pedido dos aposentados e mandou o INSS pagar o reajuste. Mas o governo não se rendeu, e decidiu que toda a sociedade pagará a conta da falência da previdência, através do aumento dos impostos. "O reajuste de 147% custará mais de US\$ 4 bilhões, e não há recursos para isto", justificou Cláudio Humberto, porta-voz e "batedor oficial" collorido.

Quando o presidente quis ser "soft", pois precisava angariar apoio parlamentar, ele não demonstrou o mesmo rigor contábil. Na hora de barganhar com os governadores a rolagem praticamente sem fim das dívidas estaduais e municí-

pais, uma bagatela de aproximadamente US\$ 70 bilhões, Collor comprometeu uma quantia equivalente a quase 60% da dívida externa brasileira.

Despindo um santo para vestir o outro, o projeto de lei que Collor enviará em regime de urgência ao Congresso Nacional pretende aumentar a contribuição de empregados e patrões para cobrir os gastos com o pagamento dos 147%. Caso os deputados, que estão gozando suas merecidas férias com os bolsos recheados pelos recentes aumentos salariais que eles próprios se concederam, aprovarem o projeto governamental, os trabalhadores deverão descontar, em média, 12% de seus salários em lugar dos atuais 9%. Já a contribuição das empresas subirá de 20 para 21,5%. Nem os próprios aposentados escaparam da (m)ira de Collor, pois, pelo projeto, serão descontados em 7% de seus benefícios como contribuição para o excelente serviço público de assistência médica.

Além do mais, segundo declarou o ministro da Economia, Mar-

celio Marques Moreira, todos os aposentados que vierem a conquistar os 147% na justiça receberão a diferença em 24 parcelas mensais sem correção. O embaixador do primeiro mundismo, Cláudio Humberto, lembrou que, nos países ricos, a aposentadoria é, em geral, por idade e não por tempo de serviço. Esqueceu de acrescentar porém que, no Brasil, é comum uma pessoa começar a trabalhar cedo para também morrer antes da média dos países ricos.

O governo, na sua arrancada para a modernidade, parece, em suma, estar redescobrimo o velho "darwinismo social" pelo qual doentes, velhos, deficientes e crianças são sacrificados no altar do livre mercado.

Já o ministro "imexível", Antonio Magri, discorda dessa visão. Afinal de contas, como afirmou publicamente, "cachorro também é ser humano". Tratamento distinto recebe seu pai, que se declarou "esquecido" pelo filho e "desanimado" com a aposentadoria que recebe. (CEDI, 8/1/92).

Pesquisa

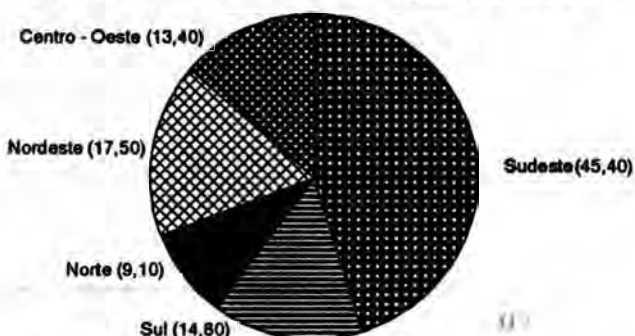
Leitor do ACONTECEU é ativista

Entre as pessoas que assinam o ACONTECEU predominam aquelas com engajamento sócio-político. Pesquisa realizada entre junho e agosto de 1991 revelou que 59% dos leitores participam de igrejas e movimentos pastorais, 39% em partidos políticos, 26% em associações de moradores. Envolvidos com sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos encontram-se 39% dos leitores.

A pesquisa foi feita por meio de um questionário enviado pelo correio e a quantidade de respostas foi bastante alta. Responderam 28%, num total de 3679 questionários remetidos, totalizando 1030 retornos. Geralmente a taxa de respostas a esse tipo de pesquisa fica entre 3% e 5%.

Os leitores do ACONTECEU, segundo a pesquisa, estão distribuídos por todo o território nacional, concentrando-se mais nas regiões Sudeste (42,9%) e Nordeste

Leitores do ACONTECEU no Brasil (por região, em %)



Fonte: Cadastro ACONTECEU, 6/9/91

mens (74%) com 35 anos ou mais, (36%) e elevado nível de instrução: 79% têm nível superior e 23% do total estão na faixa da pós-graduação.

A atuação profissional da maioria dos pesquisados está vinculada principalmente à área da educação (21%) e a pastorais ou comunidades eclesiais de base (21%), sendo

atividades não manuais, tendendo à alta qualificação, como profissionais universitários (15%).

Nas duas próximas edições serão publicados os dados sobre hábitos de consumo, meios de informação e sobre a avaliação que os leitores fizeram dos aspectos gráficos e de conteúdo do ACONTECEU.

Lixo Tóxico na Baixada Santista

A Secretaria Nacional de Meio Ambiente (Semam) quer remover cerca de 12 mil pessoas da Baixada Santista ameaçadas de contaminação por depósitos clandestinos de lixo químico. Sebastião Pinheiro, assessor da Semam, esclareceu que existem na Baixada, "em locais impróprios e não sabidos", resíduos de pentaclorofenol, hexaclorobenzeno e tetraclorobutadieno, substâncias "altamente tóxicas e causadoras de câncer e mutações genéticas". (ver Box nessa página)

A direção da empresa Rhodia admite a existência de 11 depósitos de substâncias tóxicas na Baixada, todos em localização conhecida -

quatro em Itanhaém, quatro em São Vicente e três em Cubatão.

Sebastião Pinheiro disse que o rio Pilões, que abastece cerca de 1,5 milhões de pessoas em Santos, São Vicente e Cubatão, já deve ter sido atingido pela poluição. Segundo o assessor, os peixes da região apresentam níveis de contaminação que indicam a presença de 4.750 vezes mais hexaclorobenzeno do que o aceitável. Disse também, que fotografou pessoas com erupções de pele e que existem análises indicando contaminação do sangue dos moradores, do leite materno e da água da região. (Folha de São Paulo, 14/12/91)

Sul continua usando inseticida proibido

Apesar da proibição do secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzemberger, quanto à aplicação do inseticida Fenitrothion no combate aos gafanhotos, técnicos da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul continuam a aplicação do veneno. "A campanha de combate ao gafanhoto não parou e nem vai parar", afirma o secretário da Agricultura, Aldo Pinto.

Os técnicos, de acordo com a Secretaria Nacional do Meio Ambiente, estão descumprindo as constituições Federal e Estadual, que determinam a apresentação do Relatório de Impacto Ambien-

tal (Rima).

Foi a falta desse relatório que levou Lutzemberger a proibir o uso de Fenitrothion nas lavouras do município de Santiago, no Rio Grande do Sul, onde há a presença de até 80 gafanhotos por hectare, que devem ser combatidos normalmente quando sua presença chega a oito por hectare.

Aldo Pinto afirma que assume a responsabilidade pela operação, iniciada há duas semanas para acabar com os insetos que infestam cem mil hectares de lavouras em 39 municípios da Região das Missões. (Correio Brasiliense, 10/12/91)

O que são as substâncias tóxicas

As substâncias contidas em depósitos da Baixada Santista são denominadas quimicamente de organocloradas. São utilizadas, por exemplo, na fabricação de inseticidas. No homem, essas substâncias geralmente se acumulam no fígado e tecidos gordurosos.

Não há estudos conclusivos sobre os males que essas substâncias causam aos seres humanos. De acordo com Sérgio Massaro, do Instituto de Química da USP, esse desconhecimento pode ter o efeito de uma bomba relógio: "Ninguém sabe o que acontecerá nas gerações futuras".

Pesquisa com habitantes do distrito de Samaritã, em São Vicente (SP), mostrou que eles têm hexaclorobenzeno (HCB) no sangue. Os níveis de contaminação chegam a 17,8 microgramas de HCB por litro de sangue, segundo a médica Agnes Soares Mesquita, que realizou a pesquisa.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estipulou em 1975 que o nível de HCB não podia passar de 0,6 microgramas por litro. Este índice foi abolido quando se provou que qualquer nível de exposição ao HCB poderia causar câncer. (Folha de São Paulo, 14/12/91)

G-7 concederá US\$ 250 a Projeto-Piloto para a Amazônia

O Grupo dos 7 países industrializados (Alemanha, Inglaterra, EUA, Japão, Itália, França, Canadá) decidiu conceder em reunião ocorrida em Genebra (dezembro/1991), US\$ 250 milhões para o lançamento do projeto-piloto para a Amazônia, comprometendo-se a apoiar o plano no conjunto, representando US\$ 1,5 bilhão de recursos.

O plano-piloto para a Amazônia foi realizado pelo Brasil, em cooperação com o Banco Mundial e Comunidade Européia. O documento aprovado pelo Grupo dos 7 afirma que a verba deverá ser utilizada para proteger as reservas indígenas.

de Helmut Kohl pelo país, o projeto-piloto conseguiu provocar o primeiro encontro direto entre o Brasil e o Grupo dos 7. E com isso a definição dos US\$ 250 milhões para o seu lançamento.

O texto afirma que o governo não vai atacar sozinho as causas da destruição da floresta, mas deve convencer a todos que operam na área a assumir princípios de desenvolvimento sustentável. Ao aceitar os recursos, o Brasil anunciou também que vai utilizá-los em conjunto com as organizações não-governamentais.

Para essa fase, o Brasil e o Banco Mundial (Bird) estabeleceram quatro prioridades: melhoria da ca-

tais do governo; projetos de conservação da floresta, parques nacionais e demarcação das terras indígenas; fortalecimento da pesquisa científica do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) e do Museu Goeldi, em Belém; e apoio a projetos comunitários para a proteção da floresta.

Se essa primeira fase der certo, o G-7 decidirá se desembolsa dinheiro para o resto. As doações para o programa-piloto serão administradas por um fundo especial do Bird: Fundo para a Floresta Tropical (Rainforest Trust Fund). (O Globo, 9/12/91 - Folha de São Paulo, 14/12/91)

ONGs buscam em Paris posição comum para Rio-92

Em dezembro último, mais de 800 representantes de organizações não-governamentais (ONGs), provenientes de 150 países, reuniram-se em Paris para definirem as estratégias da sociedade civil para a Rio-92.

A carta das Ongs, chamada Programa Ya Wananchi, propõe, não só transferir aos cidadãos o poder de decidir como utilizar o meio ambiente, como também sugere anular a dívida externa e mudar as regras do comércio internacional.

O documento diz que a simples criação de um fundo especial para projetos ambientais, como querem alguns governos, não vai resolver o problema.

"A ajuda aos países do sul é hoje

um mito", diz o texto. As ONGs argumentam que os países pobres transferem hoje US\$ 50 milhões por ano aos cofres dos países ricos, como pagamento da dívida. Perdem ainda outros US\$ 200 bilhões por causa das políticas protecionistas dos países ricos e com a fuga de capital. Se os ricos concordarem em dar aos pobres maior acesso aos mercados do Norte, melhorar as regras do comércio, aliviar o pagamento da dívida externa, isso equivaleria a um "grande Plano Marshall" na mesma proporção do que foi dado aos europeus depois da Segunda Guerra, argumentam. O documento sugere que os países ricos paguem um "imposto interna-

cional" sobre o que consomem e que o dinheiro arrecadado seja aplicado "num grande programa de luta contra a pobreza" no mundo.

As ONGs querem que os governos adotem um sistema de redução das emissões dos gases que provocam o efeito-estufa - que estão causando o aumento da temperatura da Terra. Esse sistema terá que ser feito de forma equitativa: os que poluem mais reduzem mais. Os governos devem reduzir, ainda, de acordo com o documento, suas despesas militares pela metade e transferir o dinheiro para programas de luta contra a pobreza e a destruição ambiental. (*Gazeta Mercantil*, 18/12/91; *O Globo*, 19/12/91)

Fórum Global 92 será a voz da sociedade

O Fórum Global 92, que vai acontecer simultaneamente à Rio 92, numa grande área do Parque do Flamengo e em auditórios próximos, conta até o momento com 120 eventos planejados. São palestras, simpósios, grupos de trabalho, exposições de vídeo, exposições e outras atividades, reunindo os mais variados setores - sociais, profissionais, étnicos, etários - da sociedade.

Entre as organizações que já acertaram a sua participação estão, por exemplo, a Academia de Ciências da Suécia, conhecida por atribuir o Prêmio Nobel; o Sierra Clube da Califórnia, primeiro grupo de lobby dos EUA, que presta assessoria jurídica contra ações de governos e empresas privadas que sejam prejudiciais ao meio ambiente; a

Força Tarefa Internacional, que, com três mil delegados, vai dar seguimento à reunião de organizações não-governamentais realizada recentemente em Paris; e o Conselho Mundial de Igrejas, que fará um grande encontro ecumênico. Haverá, ainda, arquitetos que vão discutir um modelo de cidade ecologicamente sustentável, a Ecópolis, crianças, índios, pacifistas, que virão ao RJ para debater os problemas e possíveis soluções para o Planeta às vésperas do século XXI.

Outras organizações poderão se inscrever até o dia 31 de janeiro. No Parque do Flamengo, vão ocupar áreas livres ou 15 grandes estruturas cobertas e diversas pequenas. Estas estruturas construídas de forma a poderem ser remontadas de-

pois, serão doadas, ao fim do Fórum Global, para comunidades carentes do estado do Rio de Janeiro. Os participantes do Fórum também se espalharão por 40 auditórios próximos, como os da Associação Brasileira de Imprensa, e o centro de convenções do Hotel Glória, uma espécie de quartel-general do gigantesco evento. Todo o tempo o Fórum estará ligado à conferência oficial no Riocentro. Além de uma rede de terminais de computador, um telão permitirá acompanhar no Flamengo os acontecimentos da Rio-92. Também se espera que membros das delegações oficiais possam participar de atividades do Fórum, bem como os 3.500 jornalistas de todo o mundo. (Sheila Kaplan/*Jornal do Brasil*, 6/1/92)

Mata Atlântica poderá se tornar reserva da biosfera

A Mata Atlântica pode se transformar em reserva da biosfera. Essa foi uma das conclusões do Seminário sobre a Mata Atlântica, realizado em dezembro na Unicamp - Campinas (SP). O Seminário decidiu pela criação de um Conselho Científico, que analisará as 170 propostas sobre fauna, flora, zoneamento e participação da comunidade, etc. A criação do Conselho ainda depende de uma reunião dos consorciados

mento sustentável, ou seja, o aproveitamento da mata pelas populações que nela residem. Esta proposta já existia há quatro anos, mas só o que se tem é o reconhecimento da Unesco de uma parte da mata, correspondente a 50% do total. Com a criação do Conselho espera-se que a Unesco reconheça toda a extensão da Mata, 3,2 milhões de hectares, além do desenvolvimento efetivo de projetos. O Banco Mundial já

Efeito-estufa mudará paisagem dos Alpes

Dentro de algumas décadas, não será mais possível esquiar nos Alpes. Segundo um estudo da Fundação Alp Action, no fim do século XXI haverá apenas 25% da neve que hoje cobre a região no inverno.

Na Suíça as geleiras já perderam um terço do seu volume, na Áustria 25% desapareceram do mapa.

O estudo diz que um grau de aquecimento será bastante para acabar com a neve nos Alpes. Com três graus a mais, só haverá neve a

Canavieiro: exploração econômica e saúde física

Em entrevista à revista *Veja* (18/12/91), o trabalhador rural Amaro João da Silva, 46 anos, falou de suas condições de vida. Morador do Engenho Bondade, em Amaraj, a 100 quilômetros de Recife (PE), ele trabalha nos canaviais da Usina Bonfim e sustenta toda a família com um salário de Cr\$ 46.000,00. Mora com a mulher e doze de seus filhos numa casa de barro batido, 40 metros quadrados, sem energia elétrica ou água encanada.

Amaro, com 1,35 metro de altura, foi examinado

em Recife pelo médico Meraldo Zisman e pelo professor de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, Malaquias Batista Filho. Segundo eles, Amaro é um caso de nanismo nutricional, pois não tem problema endocrinológico nem genético. Com estatura de uma criança de 12 anos, ele é o protótipo da geração nanica que se expande no Nordeste.

ACONTECEU reproduz aqui alguns trechos de sua entrevista:

- Por que o senhor cresceu pouco?

- É de tanto trabalhar e passar fome. Desde pequeno é assim. Tem dia que a gente não sabe se vai comer ou não. Eu e a mulher damos primeiro a comida para as crianças. Depois, o que sobrar fica para nós.

- Aqui no engenho existem outras pessoas da sua estatura?

- Eu conheço bem uns dez, sem contar meus filhos.

- O que o senhor e sua família comem?

- De manhã, só café. No almoço, comemos feijão com muita farinha e carne de charque, quando dá. De noite, batata-doce ou macaxeira, que eu planto na minha rocinha, nos fundos da casa.

- Como o senhor consegue forças para trabalhar?

- O jeito é dormir um bocadinho para não ter fome. Acordo às 4 horas da manhã e saio com a mulher para o trabalho. Depois de duas horas de caminhada, a gente chega no lugar do serviço. Se for na época da colheita, a gente passa o dia arrancando cana. Na época de plantação, dá para voltar para casa ao meio-dia. Ai, depois de tomar uma lapada de cachaça, eu almoço, tiro um cochilo até 2 horas e vou cuidar da minha roça. Quando dá 7 horas da noite, eu vou dormir.

- O senhor não poderia aproveitar melhor a roça e conseguir melhorar sua renda?

- Tudo que eu planto na roça é para comer. Não dá para produzir mais porque é muito fraca a terra que a usina empresta para gente plantar. A terra boa é para plantar cana.

- Sabe ler e escrever?

- Não.

- O que o senhor acha da usina em que trabalha?

- Sou explorado por eles. Não somente eu mas todo mundo que é empregado dos usineiros. Eu trabalho há 23 anos para a Usina Bonfim, e o que eu tenho? Vou morrer como nasci: nu e com fome.

- Qual o seu maior sonho?

- Queria ter uma casa minha mesmo para morar. Esta que eu moro é da usina e os homens podem me botar na rua a hora que quiserem. É só eu reclamar do serviço que eles me cortam.

- Em que o senhor acredita?

- Em Deus, no padre e nos políticos. Acredito no céu e no inferno e, como sou um homem honesto, quando morrer minha alma vai para o céu.

- E como é o céu?

- É um lugar grande e bonito onde Deus mora. As almas boas vão para lá e cada uma fica no seu

cantinho, triste, descansando.

- As almas ficam tristes por quê?

- Porque não podem mais comer, beber nem namorar.

- Por que o senhor acredita em padre e político?

- Porque padre só fala o que é direito e político dá tudo que promete.

- Como o senhor resume sua história de vida?

- Nasci e me criei aqui. Tenho treze filhos e dei conta de tudo. (Veja, 18/12/91; CEDI, 6/1/92)

Nordeste: miséria e exploração geram "nanicos"

A situação da pobreza no Nordeste é de tal gravidade, que faz surgir no Nordeste uma geração de homens de estatura pequena, tão pequena que parecem anões. Frutos da seca, da concentração da renda, da inércia administrativa, da ineficiência de projetos econômicos, estes homens vivem nas periferias inchadas das cidades nordestinas ou no sertão abandonado, onde são chamados de "nanicos" porque já não alcançam mais do que 1,45m. (Folha de S. Paulo, 10/11/91)

O duro quadro de uma região

O Nordeste concentra 53% da pobreza absoluta do Brasil. São 23,7 milhões de pessoas que vivem com uma renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. O Nordeste é também recordista em mortalidade infantil, analfabetismo e concentração de renda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Es-

vida seis anos menor do que a média brasileira (58,8 para 64,4 anos).

Apesar desse quadro, a União reduziu gastos com a região. Conforme estudo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) concluído em 1990, a despesa pública direta da União no Nordeste foi inferior à receita arrecadada na região en-

Dados da violência no campo

- Os assassinatos em conflitos pela posse da terra caiu em mais de 50% em 91: foram 35 assassinatos contra 76 em 90, conforme balanço anual elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo o presidente nacional da CPT d. Augusto Rocha, bispo de Picos (PI), houve menos mortes, mas proliferaram os despejos com violência, os assassinatos seletivos visando as lideranças sindicais e o trabalho es-

Reserva Extrativista

Alto Juruá realiza Assembléia e vota Plano de Utilização

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 1991 realizou-se a 4ª Assembléia da Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (município de Cruzeiro do Sul, Acre). A Assembléia, realizada na sede da Associação, na boca do rio Tejo, contou com a participação de cerca de 300 seringueiros e agricultores, além da presença de convidados, como foi o caso de uma representante do Ibama.

Da pauta da Assembléia, destacou-se a discussão e votação do futuro Plano de Utilização da Reserva, isto é, um conjunto de normas e regras formuladas pela própria população e que passarão a gerir o uso dos recursos naturais renováveis existentes na área (caça, pesca, madeiras, seringueiras, etc) e orientarão a implanta-

ção de novos projetos, como os agroflorestais.

A experiência de discutir e formular uma "micro legislação" era inédita entre os seringueiros e agricultores do Alto Juruá, durante aproximadamente um século subalternados através das relações de trabalho semi-escravas que imperavam nos seringais. Durante a discussão em grupos, e a votação em plenário, observou-se um exercício de resgate do valor e importância do conhecimento detido por aquela população. Sobre cada item do Plano de Utilização, os seringueiros e agricultores tinham coisas a dizer e a ensinar. A Assembléia deliberou ainda a criação de uma Comissão de Proteção da Reserva, cuja função é aconselhar a Associação e, quando necessário, julgar e decidir sobre infrações ao Plano de Utili-

zação. Esta Comissão será predominantemente composta por seringueiros e agricultores mais idosos e com uma maior experiência de trabalho na floresta.

O próximo passo é enviar, ainda em janeiro, o Plano de Utilização votado, junto com o resultado do cadastramento da população já realizado (ver ACONTECEU nº 579), ao Ibama para que a Reserva Extrativista do Alto Juruá possa ser afinal e definitivamente regularizada. Restarão, contudo, algumas pendências, como a desapropriação da área e a definição do processo de indenização de alguns proprietários (em geral antigos patrões e com atividade voltada para a criação de gado e/ou extração de madeira) que lá se encontram. (Mariana Pantoja Franco/CEDI, 3/1/92)

Reforma Agrária

Parecer do STF
contra desapropriação de terras

Há um entrave para a efetivação da reforma agrária: um parecer do ministro Celso Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixa claro que enquanto não houver lei complementar regulamentando os artigos 184 e 185 da Constituição, o Governo não pode fazer desapropriações de terra. Estes artigos versam sobre o processo desapropriatório e as terras não passíveis de tal ato - pequenas e médias propriedades e propriedades produtivas. Como consequência, várias desapropriações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão sendo sus-
tadas na Justiça.

Para cumprir a meta estabelecida pelo presidente Fernando Collor - assentar, até 1994, 350 mil famílias - o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária vem usando artifícios, como distribuir autorizações de ocupação de terras. Mas, para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tudo não passa de um jogada de marketing. Citando como exemplo o caso da fazenda Mamoneira, em Goiás, a CPT denuncia que lá "a posse está configurada há 40 anos e não há nenhum sentido em se conferir autorização de ocupação para famílias que estão lá vivendo e produzindo há tanto tempo". (Ronaldo Brasiense/Jornal do Brasil, 2/1/92)

Libertados colonos presos no RS

Depois de 17 meses de prisão, os colonos sem terra Otávio Amaral, José Carlos Gowaski, Idone Bento e Augusto Moreira - acusados, sem provas, de terem matado o soldado Valdeci Lopes num conflito entre sem-terras e Polícia Militar, no dia 8/8/90, no centro de Porto

mento da prisão, colocando os colonos em liberdade provisória. Segundo o advogado Ricardo Cunha Martins, o juiz considerou em seu despacho que os quatro eram vítimas de uma prisão política, o que se conclui do fato de capitães da Brigada Militar terem visitado os colo-

Seringueiros despejados em Rondônia

Trinta e três famílias de seringueiros foram despejadas, no dia 11 de dezembro último, da Área Proposta como Reserva Extrativista do Rio São Pedro, Rondônia, conforme denuncia a Ação Ecológica do Vale do Guaporé (Ecoporé). As famílias despejadas acamparam na sede da Associação dos Seringueiros de Pimenta Bueno (RO), esperando outros locais para acampamento cedidos pela prefeitura.

O despejo foi determinado pelo juiz José Odemar Andrade Góis, de Pimenta Bueno, sob alegação de que os seringueiros invadiram a área em maio de 1991. No entanto, a ocupação extrativista da área deu-se na década de 50, e as famílias já moravam no local quando o Incra licitou a área para fazendas, em 1975. Além disso, o governador do estado de Rondônia assinou, em 18/11/91, decreto de interdição da área extrativista.

O local pertence hoje, em sua maior parte, ao Grupo Lorenzetti (Agropecuária São Pedro). As testemunhas de acusação são dois madeireiros - Cláudio Vinke e João

Conic realiza seminário sobre movimentos populares e igrejas

Representantes das diversas igrejas filiadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), da Coordenadoria Ecológica de Serviços (Cese) e outras entidades ecumênicas reuniram-se com participantes dos mais significativos movimentos sociais no Rio de Janeiro (4 a 6 de dezembro). O objetivo foi debater os desafios que os movimentos e organizações populares fazem, hoje, às igrejas.

O seminário fez parte de um processo de reflexão do Conic, para oferecer subsídios teológicos às igrejas no seu relacionamento e

compromisso com as lutas do nosso povo, na busca do direito de uma vida digna. Espera-se que os resultados do seminário sejam subsídios importantes para a atuação das igrejas em geral, mas principalmente daquelas que têm uma visão ecumênica.

Depoimentos - Durante o evento, foram apresentados impressionantes depoimentos dos trabalhadores sem terra, do movimento de mulheres, das associações de moradores, da luta das populações marginalizadas, da campanha contra o extermínio de crianças e da situação dos

povos indígenas no Brasil. A análise de conjuntura a partir dos movimentos populares, a questão ética na construção da democracia, a fundamentação bíblico-teológica, o papel das entidades de assessoria às igrejas e movimentos populares foram outros aspectos que contribuíram para que o seminário pudessem elaborar algumas pistas pastorais para serem debatidas pelas igrejas.

A diretoria do Conic, à luz dessa experiência, vai planejar os passos futuros para aprofundar a temática, fundamental para as igrejas no Brasil hoje. (CEDI, 12/12/91)

Luteranos reafirmam compromisso com ecologia

Ao considerar que "a ecologia também precisa ser defendida pela fé", a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em seu Concílio Geral, resolveu incluir a defesa da natureza em sua carta às comunidades, paróquias, distritos, regiões e instituições, que prevê um intenso trabalho pela reforma agrária. "A criação de Deus não pode ser destruída pelo homem", observou o pastor-presidente da IECLB, Gottfried Brake-meier. "A ecologia, a defesa da natureza é um movimento mundial. Somos, agora, os novos engajados pela fé no tema".

Conforme o pastor Brake-meier, a reforma agrária envolve diversas questões. "Entre elas, não podemos deixar de fora a defesa da na-

tureza, a preocupação ecológica". Ele considera que a reforma agrária não admite latifúndios nem minifúndios. "Os dois módulos agridem a natureza. Enquanto no minifúndio, a necessidade de produção rápida esgota o solo, que não tem descanso, no latifúndio o uso dos defensivos químicos também traz nefastas consequências. Numa propriedade de tamanho médio, uma agricultura ecológica, sem agressão à natureza, que é uma criação de Deus, é bem viável".

Centro de aconselhamento - Brakemeier afirmou que "não é preciso ser técnico na questão para sentir a agressão à natureza praticada em minifúndios. Quem viaja entre o Paraná e o Mato Grosso observa áreas imensas sem nada a cobrir

a terra, nos períodos de entre-safra. Além de a terra já ter sido agredida pelos defensivos agrícolas químicos, fica exposta ao vento, ao sol e à chuva".

A IECLB possui o seu Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (Capa) que, a partir de agora, começa a orientar o agricultor também para a questão ecológica. "Toda essa agressão faz parte da mentalidade imediatista reinante no País e no mundo. O que interessa é o lucro rápido. Há muito pouca preocupação com o futuro. Se continuarmos assim, o que será do planeta daqui há um século? O que Deus criou não pode ser destruído assim", destacou o pastor-presidente. (Jornal do Brasil, 30/12/91)

Mais um padre é punido em PE

Com uma missa concelebrada no dia 29, despediu-se da paróquia de Boa Viagem, em Recife, o padre Luiz Antônio de Oliveira, o oitavo sacerdote punido pela Arquidiocese de Olinda e Recife desde a posse do arcebispo d. José Cardoso Sobrinho, há seis anos. Ele foi transferido de Boa Viagem, onde se encontrava desde outubro de 1988, porque assinou - juntamente com outros 62 sacerdotes - uma nota de solidariedade aos colegas punidos por d. José, entre eles Reginaldo Veloso, do Morro da Conceição, destituído das suas funções sacerdotais.

qual mobilizou-se e pediu uma audiência ao arcebispo para obter explicações.

Dom José informou que o sacerdote estava sendo punido por desobediência, isto é, por ter criticado uma decisão superior. "Conforta-me bastante a solidariedade que tenho recebido dos fiéis da paróquia em que tive a honra de trabalhar", despediu-se o padre.

Desde que d. José substituiu d. Hélder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife, oito padres já foram punidos, uns sob a alegação de

Juiz impede saída de "bispo" Macedo do país

O líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, foi impedido de sair do país pelo Tribunal Regional Federal de SP. No relatório do juiz Jorge Scartezzini, os motivos alegados não eram "respaldados em qualquer dado objetivo e concreto" que justificasse sua saída no momento em que as investigações da PF sobre a compra da TV Record e operações financeiras do bispo estão em fase de conclusão. Depois que a Receita Federal e o Banco Central terminarem as diligências e encaminharem à PF documentos, o "bispo" poderá ser for-

Entidades preparam Assembléia do Povo de Deus

De 7 a 11 de setembro de 1992, em Quito (Equador), será realizada a Assembléia do Povo de Deus da América Latina e Caribe. De acordo com os subsídios que preparam o evento, a Assembléia abordará temas como: nossa história, nossa realidade cultural, econômica, social, política e religiosa e forças armadas.

Entre os objetivos do evento, incluem-se: contribuir para o resgate de nossa história e a recuperação da identidade; buscar uma visão geral da presença cristã na América Latina e Caribe no período de 1492 a 1992; buscar fazer com que o encontro seja a voz do povo de Deus, ao mesmo tempo que uma manifestação contrária às celebrações oficiais omitirão as sombras

dos 500 anos; apoiar a luta pela recuperação da terra, educação e emprego dos povos indígenas, negros e todos os pobres marginalizados; e fortalecer a organização, resistência e mobilização popular frente à agressão dos poderes e culturas dominantes.

O evento está sendo organizado por um comitê executivo continental, do qual fazem parte entidades como Serviço Paz e Justiça da América Latina e Caribe (Serpaj/ALC), Juventude Operária Cristã da América Latina e Igreja Evangélica Unida do Equador. No Brasil, a entidade que pode oferecer mais informações sobre o processo de preparação do evento é o Serviço Paz e Justiça (Serpaj/BR). (*Boletim AGEN/SP*, 5/12/91)

Encontro Ecumênico Eco-92

Vai acontecer no Rio de Janeiro (1º a 12 de junho) a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco-92 -, convocada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU). Esta conferência será um encontro entre governos com o objetivo de: 1) adotar uma Carta da Terra; 2) elaborar a agenda para o século XXI; 3) firmar acordos de transferências de tecnologia; 4) assinar convenções sobre climas, biodiversidade e floresta.

Além da conferência patrocinada pela ONU, ocorrerá simultaneamente à Eco-92 o Fórum Global. Este será um encontro internacional promovido por entidades da sociedade civil, especialmente ONGs. Terá como objetivo discutir princípios éticos, padrões de justiça, de participação e sustentabilidade para o planeta, tentando influir nos temas tratados na Eco-92.

Presença cristã no Fórum Global

- As igrejas e entidades ecumênicas mobilizam-se para promover encontro ecumênico paralelo à Eco-92, fazendo-se assim presentes entre os eventos do Fórum Global. Este encontro será resultado de um trabalho conjunto do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), assessorados pelo CEDI.

O propósito dessa reunião será: 1) propiciar oportunidade para que a comunidade cristã global ofereça a sua palavra diante das questões levantadas na Eco-92; 2) permitir encontros entre as pessoas nas igrejas que estejam trabalhando e refletindo essas questões sobre meio ambiente e desenvolvimento; 3) estabelecer contatos entre igrejas e ONGs que labutem em tais problemáticas; 4) apoiar os esforços ecumênicos de igrejas no Brasil para lidar com questões de justiça - social e ecológica.

Este encontro terá a duração de quatro ou cinco dias, e receberá aproximadamente 80 pessoas do exterior, uma participação nacional proporcional, além de observadores e repórteres. Fazer-se grande

Presidente da CNBB espera reforma agrária em 92

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, pediu a realização da reforma agrária no Brasil, em mensagem de Ano Novo proferida no dia 29 de dezembro. Ele lembrou que 1991 foi um tempo de crise para grande parte da população brasileira, mas ressaltou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a demarcação de terras indígenas como pontos significativos do ano que terminou.

"Tenho esperança de que, em 1992, haja uma distribuição justa de terra pelo Governo federal, junto com os serviços indispensáveis para o assentamento dos lavradores", disse. (*O Globo*, 30/12/91)

■ Em sua tradicional mensagem de Natal à cidade de Roma e

ao mundo, o papa João Paulo II elogiou o fato de as nações estarem procurando com grande esperança reconciliar suas histórias individuais e harmonizar suas respectivas culturas. O papa implorou à humanidade que proclamasse seu rompimento com o ódio e a opressão, destacando o exemplo da guerra na Iugoslávia.

"Chega de ódios e violências", exclamou o pontífice a cerca de 50 mil fiéis reunidos na Praça de São Pedro para escutar sua mensagem *Urbi et Orbi*, transmitida pela televisão para mais de 50 países. "Chega de guerra na querida terra da Croácia e nas regiões próximas, onde paixões e violências desafiam a razão e a paz", salientou João Paulo II. (*O Globo*, 26/12/91)

"500 anos de invasão, 500 anos de resistência"

"Queremos ajudar todas as comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), na formação de uma postura de análise crítica da história da América Latina e num compromisso de solidariedade com a autode-

sidente do Conselho de Missão entre Índios (Conin), ao resumir as principais decisões do seminário da entidade, com o tema "500 anos de invasão, 500 anos de resistência", realizado em São Paulo. Participaram do evento 33 pessoas entre

Esquimós possuem um quinto do território canadense

No dia 16 de dezembro passado, o governo do Canadá e lideranças Inuit, mais conhecidos por "esquimós", firmaram um acordo instituindo uma imensa reserva nos territórios do noroeste do país. *Nunavut*, como é chamada a reserva, significa "nossa terra" na língua Inuit e possui quase dois milhões de quilômetros quadrados de extensão para uma população de 17.500 esquimós, o que representa um quinto do território canadense. Para se ter uma idéia, basta dizer que esta cifra corresponde aos estados do Amazonas, Amapá, Acre e Roraima juntos. Ou ainda, 21 vezes maior do que a AI Yanomami, recentemente delimitada pelo governo brasileiro.

Pelo acordo, *Nunavut* torna-se ainda território autônomo, constituindo uma nova sub-divisão política no Canadá.

Através de títulos legais a serem concedidos pelo Governo, os esquimós passarão a controlar diretamente um sexto de sua extensão,

tendo também assegurado o direito a explorar todos os recursos naturais af existentes, inclusive as reservas minerais. Os direitos de exploração no restante da área permanecem com o governo de Ottawa, que, em contrapartida, deverá pagar aos

Esquimós, por um período de 14 anos, uma indenização de US\$ 1 bilhão.

Para John Amagoalik, principal liderança da Federação "Tungavik de Nunavut", organização política que há 15 anos luta pelos direitos nativos no Ártico, o acordo põe fim a um período de mais de um

século em que seu povo esteve dependendo do governo do Canadá por subsídios e decisões que afetavam sua vida. Conquistam agora a garantia de auto-governo e o reconhecimento de seus direitos. (*The New York Times*, 17/12/91)



Localização do território Nunavut no Canadá

Fazendeiro brasileiro em área indígena do Paraguai

Um grupo de índios *Guarani Paĩ-Tavyterã* do departamento de Concepcion, Paraguai, vêm sofrendo fortes pressões por parte do pecuarista brasileiro Bruno Reichart, para que deixem as terras da Estancia San Juan, onde, desde março de 1991, encontram-se estabelecidos. Antigos habitantes do lugar, este grupo é constituído por várias famílias em processo de reagrupamento. As terras necessárias ao grupo somavam, segundo estimativa do Instituto Paraguayo del Indígena, 1.500 hectares, dos quais, parte deveria ser obtida da Estancia San Juan, então propriedade do alemão Heinz Edelman.

O Instituto Paraguayo del Indígena, por esta ocasião, comunicou a Edelman que, até que a situação fosse resolvida, não poderia dispor de suas terras. No entanto, Heinz Edelman, contrariando a decisão do órgão indigenista oficial, teria vendido posteriormente as terras da Estancia San Juan ao brasileiro Bruno Reichart. Este, por sua vez, dizendo-se comprador da Estancia, pas-

disso, ao colocar 2.000 cabeças de gado próximas à aldeia e derrubando indiscriminadamente a mata circundante, o pecuarista promoveu a destruição das roças dos índios e afugentou os animais de caça, condenando os *Paĩ-Tavyterã* a passar fome.

Durante os meses de outubro e novembro de 1991, os Srs. Julio Cesar Frutos e Balbino Vargas, representantes legais da comunidade *Paĩ Tavyterã*, enviaram informes ao Governo Paraguayo, ao Instituto de Bienestar Rural e ao Instituto Paraguayo del Indígena denunciando os danos e pressões contra a comunidade indígena. O pecuarista brasileiro foi igualmente notificado quanto à violação da Lei Nº 43/89, que proíbe a introdução de gado em terras indígenas, que vem praticando.

Apesar desses esforços, até o início de dezembro nenhuma medida havia sido tomada para solucionar a questão, ainda que tais investimentos estrangeiros no Paraguai, além de desprestigiar a ordem jurí-

Conflito entre posseiros e Kiriri na Bahia

No dia 17 de dezembro passado, cerca de 100 posseiros destruíram, no município baiano de Mirandela, 3 casas onde moravam um funcionário da Funai e índios Kiriri. Os posseiros recusam-se a receber uma indenização a ser paga pela Funai para deixar a área Kiriri, alegando estar esta com valores desatualizados. A indenização deveria ser feita pelo Governo Federal através da Funai, em cumprimento do decreto Nº 98.828 de 19/1/90 que homologou a Colônia Indígena Kiriri, cuja dimensão é de 13.000 hectares. (Anal- Salvador/BA, 18/12/91)

Seminário sobre demarcação

Durante os dias 9 a 12/12, foi realizado em Brasília o seminário "Reconhecimento e Demarcação dos Territórios Indígenas na bacia Amazônica", organizado pelo Núcleo de Direitos Indígenas e pela Rede Amazônica. O seminário teve o mérito de reunir, pela primeira vez, lideranças indígenas, representantes de governos e agências não-governamentais do Brasil, Vene-

Demarcação de terras indígenas no governo Collor

O que já foi feito

Etapas do processo de demarcação	Nº de áreas	Extensão (ha)
áreas encaminhadas pela Funai aguardando decisão do Ministro da Justiça	17	4.779.700
áreas delimitadas através de portaria do Ministro da Justiça	22	19.237.755
áreas homologadas através de decreto do presidente da República	105	16.698.439

O que falta fazer

209

áreas indígenas para serem reconhecidas oficialmente, das quais 120 já foram identificadas pela Funai e 89 estão sem providência

Faltam 94 semanas para o término do prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas (art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal).

Fonte: CEDI/PIB, 6/1/92

Funai tem orçamento achatado para 1992

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou apenas 7% da verba pretendida pela Funai no item "Demarcação e Regularização de Terras" em seu orçamento global para 92. Segundo a programação fundiária para o exercício de 92, o órgão pretende identificar 102 áreas indígenas, demarcar 148 e proceder à regularização fundiária de outras 151, necessitando para tanto de um montante de Cr\$ 10.339.310.000,00. Ocorre que a Comissão de Orçamento liberou apenas Cr\$ 705.000.000,00 (estes valores são de abril de 91). Ao saber da decisão, a Funai tentou uma

emenda que adicionaria ao valor liberado uma quantia de Cr\$ 9.634.310.000,00, que foi recusada.

Segundo avaliação de funcionários da Funai, os recursos obtidos mal permitem iniciar os trabalhos. Assim sendo, créditos adicionais deverão ser pleiteados junto ao Congresso no correr do ano. Neste caso, o cumprimento da programação para 92 estará sujeito à rotina da tramitação de processos no Congresso Nacional e à disposição de deputados e senadores de destinar novos recursos para a demarcação das áreas indígenas. (CEDI, 6/1/92)

Área Yanomami começa a ser demarcada em fevereiro

A partir de fevereiro, a empresa Asserplan Engenharia e Consultoria Ltda, que venceu a licitação aberta pela Funai no dia 30/12, deverá iniciar os trabalhos de demarcação física dos 9,4 milhões de ha da AI Yanomami. Os recursos neces-

sários serão

ditos suplementar. Tais recursos foram aprovados em bloco, embora os parlamentares do Amazonas tenham se manifestado contra sua destinação. A expectativa do presidente da Funai, Sidney

Presidente Collor homologa mais 27 Áreas Indígenas

Em solenidade realizada na véspera de Natal, o presidente Fernando Collor assinou decretos homologando 27 áreas indígenas nos Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Bahia. Estavam presentes, além do ministro da Justiça Jarbas Passarinho e do presidente da Funai Sidney Possuelo, representantes dos grupos Arara, Patuxó e Xicrin, todos beneficiados com a assinatura dos decretos.

No total, foram homologados 2,26 milhões de hectares para uma população total de cerca de 9.000 índios. Todas as AIs estavam demarcadas, aguardando apenas o ato da homologação; a maior delas é a AI Aripuanã com 750.000 hectares para os índios Cinta Larga do Mato Grosso. Com isto, as terras indígenas já homologadas somam 105 (ver quadro), cobrindo mais de 16 milhões de hectares. (CEDI, 6/1/92)

Áreas encaminhadas e delimitadas

A Funai encaminhou, no dia 10 de dezembro, mais duas áreas para apreciação do Ministro da Justiça. São elas: AI Brejo do Burgo, ocupada por cerca de 1.000 índios Pankararé nos municípios de Glória, Rodelas e Paulo Afonso (BA), com superfície de 17.700 ha, e AI Apterewa, ocupada por 156 índios Parakanã nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira (PA), com 980.000 ha.

Jarbas Passarinho assinou ainda, no dia 21 de dezembro, nova portaria, delimitando agora a AI Baú. Localizada no município de Altamira (PA) e ocupada pelos Kayapó, esta AI possui 1.850.000 hectares. (CEDI, 6/1/92)

Brizola questiona demarcação da AI Yanomami

Fazendo eco às opiniões dos ministros militares quanto à demarcação da área Yanomami, o governador do RJ, Leonel Brizola, no final do ano passado, sugeriu que este ato teria sido influenciado por poderosas nações do norte. Brizola defendeu ampla discussão nacional sobre o tema, com a participação dos di-

As mulheres trabalhadoras e o ano de 1991

Para as mulheres trabalhadoras, 1991 foi um ano de perdas e de frutos. O começo não foi bom. Em março houve um golpe forte com a morte de duas companheiras que fazem muita falta ao cotidiano e às lutas das mulheres. Maria da Penha do Nascimento Silva, sindicalista rural, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (Pb), dirigente estadual da CUT e do PT, militante da Comissão sobre a Mulher Trabalhadora na CUT e no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. Liderança política e sindical, feminista, rebelde.

Elisabeth Souza Lobo, socióloga, professora da USP e da Unicamp, militante do PT, assessora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, pesquisadora das relações de gênero, crítica da ausência das mulheres na produção sociológica. Foi uma marca dissonante, amarga, que não se desfaz.

Por outro lado, o ano de 91 reservou, para as mulheres, conquistas no âmbito da CUT e do PT. Vale a pena falar sobre elas.

As trabalhadoras e a CUT

Em junho de 91, realizou-se o 2º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, no qual participaram 130 delegadas(os) representando 19 estados e 11 departamentos nacionais ou federações. O 2º Encontro debateu e formulou propostas de luta e organização que foram levadas ao 4º Congresso Nacional da CUT.

Não houve mudanças profundas em relação às bandeiras de luta, mesmo porque os problemas vividos pelas trabalhadoras permanecem na ordem do dia, nas áreas de trabalho, creche e educação, saúde, violência.

A mudança qualitativa está nas propostas sobre a participação das mulheres, porque interferem na vida cotidiana dos sindicatos, atacando pontos nos quais se expressam as limitações à participação feminina. Assim, propõe-se que as campanhas de sindicalização se dirijam, nos seus conteúdos e materiais, aos homens e às mulheres trabalhadores e que considere-se a

cal. Que a formação sindical incorpore a diferença de gêneros (homem/mulher) como parte da compreensão integral das relações sociais; que se estabeleça um critério de participação proporcional das mulheres na formação sindical, reduzindo a desvantagem das trabalhadoras no acesso à qualificação política; que haja creche em todos os eventos sindicais. Medidas que, se colocadas em prática, podem alterar qualitativamente as relações de gênero no meio sindical.

Como decisão polêmica, o Encontro levou para o 4º Concut a defesa da legalização do aborto. A proposta de que a CUT assuma uma posição favorável à descriminalização e legalização do aborto, baseou-se na argumentação de que a prática do aborto clandestino significa uma enorme violência sobre as mulheres que, diante de uma gravidez indesejada, recorrem ao aborto nas piores condições de assistência com riscos de vida ou seqüelas permanentes à sua saúde. Mulheres que têm pouco ou nenhum acesso à informação correta sobre contracepção e, menos ainda, acesso a métodos contraceptivos com acompanhamento à saúde, ao recorrerem ao aborto são consideradas criminosas pelo Código Penal brasileiro.

Legalizar o aborto, por outro lado, não impõe a sua prática às mulheres, já que a decisão sobre ter ou não filhos é individual e deve respeitar os valores e crenças de cada uma. Ao posicionar-se, a CUT está assumindo uma postura política frente a uma questão de saúde pública que afeta a milhões de mulheres.

A maioria dos(as) congressistas foi favorável à descriminalização e legalização do aborto. A votação quebrou a lógica das votações por tendências políticas, perspassando todas as posições.

O 4º Concut contou com 1.555 delegados(as), sendo 1.268 homens (81,5%) e 287 mulheres (18,5%).

PT: mais mulheres nas direções

No 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres em agosto, aprovou-se a

ampliar a presença das militantes nos órgãos de direção. Polêmica, a proposta provocou paixões e ódios mas, acima de tudo, possibilitou um rico debate a respeito do poder, da qualificação política, da democracia de gênero, da coerência entre o discurso da igualdade e a prática da exclusão. No 1º Congresso Nacional do Partido, esta foi a temática que mais mobilizou as(os) delegadas(os): contra, a favor ou indecisos(as), cada um(a) deu sua opinião, muitos(as) inclusive, revendo suas posições contrárias a partir do debate. E, semelhante ao ocorrido no Concut, a votação das cotas atravessou as tendências políticas. A proposta dos 30% foi vitoriosa.

Adotar um percentual mínimo de mulheres nas direções do PT parece um mecanismo esdrúxulo de garantir a presença feminina na estrutura partidária. Porém, não é mais do que buscar preservar, de modo mais acelerado, a correspondência entre a participação feminina na base e sua representação nas direções.

Conforme divulgado no Congresso, cinco de 13 diretórios estaduais pesquisados têm mais de 30% de mulheres filiadas. Mas o Diretório Nacional, por exemplo, tem cinco mulheres num total de 82 dirigentes. E a Executiva Nacional, apenas uma entre 22.

Busca-se democratizar as relações de poder no partido, dividindo-o entre homens e mulheres. E, levando-se em conta que existe historicamente uma marca masculina nas estruturas de poder, superar esta desigualdade requer a adoção de mecanismos que provoquem as mudanças.

Se os 30% é o mais radical deles, não vem, porém, sozinho. Também foram aprovadas outras maneiras de enfrentar as dificuldades de participação das mulheres, como creches nos eventos partidários e formação sobre as relações de gênero para as(os) militantes.

A adoção desta nova prática de composição das direções petistas dinamizará a vida partidária. Sua implementação enfrentará dificuldades e tensões - e mesmo resistências - mas é um desafio que contri-

Metalúrgicos da CUT se destacam na luta contra a recessão

A política econômica do governo Collor marcou-se pelo combate à inflação através da recessão, tornando o cenário social do país semelhante a uma terra arrasada. Da esquerda à direita pondera-se que os remédios usados arriscam a vida do paciente. É dentro deste contexto desfavorável que os sindicatos atuam, pois é muito difícil para os trabalhadores reivindicar salários quando podem ser facilmente demitidos.

Assim, muitos metalúrgicos abandonam sua profissão para entrar na economia informal. Isto significa baixos salários, ausência de seguridade social e desrespeito de direitos. Nesta categoria de trabalhadores, os metalúrgicos de São Bernardo ocupam um lugar especial.

Situação local - Simultaneamente à recessão, o atraso tecnológico, a desindustrialização e o desenvolvimento da automação jogaram os trabalhadores na defensiva. Com as mudanças que o mundo sofre atualmente, o Brasil pode ficar de fora dos interesses dos investimentos estrangeiros. Além do desestímulo da política econômica, a mão-de-obra barata não é mais atrativo para o capital. A crescente produtividade e qualidade permitidas pela tecnologia podem tirar o Brasil da mira das multinacionais, que passam a realocar seus recursos em outras áreas. Já a competitividade japonesa desafia as indústrias automobilísticas aqui sediadas a acompanharem seu ritmo de produção: alta qualidade e preço baixo.

Assim, o parque industrial do ABC é atingido, de um lado, pela desindustrialização e, de outro, pela automação. A produção de veículos caiu muito. Em 70, São Bernardo respondia por 80% dos veículos produzidos. Dez anos depois sua fatia era de 56%. Hoje não passa de 37%. Não há mais espaço para crescer, e o que sobra é caro. Além das favelas e da violência, a urbanização gerou o congestionamento do sistema viário, dificultando a circulação das mercadorias, e esgotou a capacidade de distribuição de energia elétrica. O interior capitaliza então os investimentos novos. A tese de que a combatividade sindical do ABC afasta os empresários, talvez

contra eco na realidade dos países de origem das indústrias onde a combatividade dos trabalhadores não fica devendo para ninguém. A automação e o participacionismo vieram tanto para modernizar a produção quanto para disputar a mobilização dos operários com a representação sindical no local de trabalho.

Autolatina - Em fevereiro, os trabalhadores da Ford e Volkswagen, empresas da *holding* Autolatina, entraram em greve contra um plano de 5.110 demissões. Ciente do significado dessa greve, que era uma reação contra a situação econômica, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBCD), filiado à CUT, foi à Brasília exigir do governo medidas de proteção aos trabalhadores e articular no Congresso o apoio ao movimento.

Os trabalhadores realizaram passeatas massivas, tornando públicas suas reivindicações. Ao mesmo tempo, os pátios das empresas foram se esvaziando sem conseguir suprir a demanda do mercado por carros básicos. Barrando os sucessivos anúncios das listas de demissão, os trabalhadores argumentavam que serviam como "bucha de canhão" na disputa da Autolatina com o governo pelo fim do congelamento dos preços. No fim, foi negociado o sistema de voluntariado.

Greve Geral - Na esteira do confronto, veio também a negociação. Em março, tal como Mário Amato, presidente da Fiesp, o presidente da Mercedes Benz visitou o SMSBCD e afirmou que "esta visita demonstra respeito da empresa pela entidade dos trabalhadores". Mesmo assim, a greve se fez necessária, ocorrendo novas paralisações no primeiro aniversário do governo.

As greves "pipocaram" de novo em abril. Com as táticas do "efeito dominó" (paralisações por empresa que vão se somando umas às outras) e da "greve estratégica" (paralisação de setores vitais para o processo produtivo), os trabalhadores conquistaram reajustes entre 89 e 169% sobre os salários de novembro, amenizando suas perdas.

Cansados de fazer greve, como afirmou Vicente Paulo da Silva, presidente do SMSBCD, os meta-

pela CUT.

Brastemp - A partir do primeiro trimestre do ano, houve uma tendência de crescimento na economia. No entanto, a política de juros altos do governo prosseguiu, iniciando mais uma onda recessiva. Em outubro, o número de metalúrgicos era de 125.261. Em março de 1990 eles eram 148.647, uma perda de 15%. Neste mês anunciou-se a desativação da fábrica de tratores da Ford, ocorrendo demissões em massa na Brastemp e na Cofap, fato que repercutiu como estopim de uma nova onda de demissões.

Vigília - No Serviço de Saúde Mental de São Bernardo o movimento de pacientes pulou, entre janeiro e setembro de 90, de 17.630 para 31.181 em igual período de 91. Com sinais de neurose e alcoolismo, a clientela é formada por operários e parentes atormentados por dificuldades e pelo desemprego.

Aos 13 de dezembro, o SMSBCD resolveu puxar uma mobilização contra a recessão, uma vigília que reuniu Fleury, Mário Amato, Lula, d. Evaristo Arns e outros representantes de credos e ideologias distintos. A vigília consistiu numa passeata de cinco mil pessoas e cinco painéis de debates sobre a recessão. Telões dentro e fora do sindicato transmitiam as atividades, contando também com a Rádio do Trabalhador, que operou sem concessão legal.

A vigília não definiu uma pauta para sair da crise, mas quer iniciar uma campanha contra ela, lançando um manifesto conjunto. Fleury, além de prometer uma solução contra o fechamento da Ford Tratores, disse que bancaria um comércio junto com Erundina. Os empresários manifestaram-se contra a prepotência do governo, posicionando-se pela negociação e as Igrejas criticaram o neoliberalismo de Collor.

Ao lançar a idéia de um movimento popular contra a política econômica, a vigília destacou-se como um fato político de envergadura, fechando o ano com uma iniciativa séria de discussão e, quem sabe, negociação entre empresários, políticos e trabalhadores em torno da retomada do crescimento

Cinco milhões de crianças ficarão sem escola em 92

O Brasil chega a 1992 sem ter atenuado o seu problema educacional. Os professores continuam ganhando mal - no Norte e no Nordeste muitos recebem meio salário mínimo - o número de crianças fora da escola é ainda assustador e a evasão escolar e repetência são altas.

Embora o ministro da Educação, José Goldemberg, assegure que as 500 mil salas de aula construídas são suficientes para atender a demanda de alunos, estima-se que 5 milhões de crianças ficarão fora da escola este ano.

Com base nas estatísticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), os especialistas do setor apelidaram os anos 80 de "a década perdida" com relação ao ensino fundamental. Em 1967, das

5.408.429 crianças que cursavam a 1ª série do 1º grau, apenas 868.002 (16%) chegaram à 8ª série, sendo que 401.977 (7,4%) ingressaram na universidade, em 1979. No mesmo período de 12 anos, das 6.502.323 crianças que cursavam a 1ª série em 1978, apenas 382.221 (5,9%) chegaram à universidade em 1990.

Goldemberg atribui esse desastre à crise social brasileira e não à ineficiência da política educacional. "A criança sai da escola para ajudar sua família carente e também porque o ensino público, da maneira como está, não lhe diz nada, não lhe oferece muitos instrumentos para enfrentar a vida fora da escola", diz o ministro. (Eduardo Trece/O Globo, 5/1/92)

Paulistas buscam o ensino público

A recessão está gerando uma maior procura de vagas em escolas públicas pela classe média paulista, o que agrava ainda mais o déficit de salas de aula no estado. As associações de pais estimam que 400 mil crianças devem abandonar as escolas particulares em 1992. Apesar de o ministro da Educação, José Goldemberg, afirmar que as 500 mil salas de aula do país poderiam atender toda a demanda, o secretário estadual da Educação, Fernando Moraes, estimou que São Paulo precisaria de mais 14 mil locais de ensino.

O secretário municipal da Educação, Mário Sérgio Cortella, lembrou que uma escola da prefeitura na Vila Mariana, bairro de classe média, recebeu 720 novos pedidos de inscrições, quando tinha apenas 30 vagas. (O Globo, 6/1/91)

Brasil paga caro e desperdiça verbas para Educação

Os empréstimos tomados pelo Brasil junto ao Banco Mundial (Bird) para a área de educação básica nos últimos 20 anos se revelaram um péssimo negócio. O país pagou juros altos e investiu recursos próprios em projetos cujos resultados foram muito abaixo do esperado.

Para receber um crédito de US\$ 102 milhões (equivalente a 102 Ciacs), o Brasil pagou até agora juros de US\$ 48 milhões, mais US\$ 41,6 milhões de devolução do empréstimo, e ainda deve US\$ 60,4 milhões. A esse valor devem se somar US\$ 217,3 milhões em recursos próprios do país aplicados em parceria com o Bird, por exigência contratual.

A soma dá um resultado esdrúxulo: para receber US\$ 102 milhões, o país já desembolsou três vezes mais, US\$ 306,9 milhões, e ainda deve US\$ 60,4 milhões.

O valor se refere a cinco projetos desenvolvidos em conjunto com o Bird desde 1971. Segundo tese da pesquisadora Marília Fonseca, os resultados práticos da cooperação não atingiram os objetivos. A tese de Fonseca conclui que os poucos resultados positivos alcançados ficaram restritos a uma escola ou região e apenas durante o período de vigência dos projetos. Não houve resultados duradouros.

Do ponto de vista da capacitação técnica, os conhecimentos obtidos nos projetos nunca foram sistematizados. Perderam-se na rotina burocrática e não servem de subsídio a nenhum novo empreendimento.

A conclusão é inevitável: o dinheiro conseguido era desnecessário. O país poderia ter usado unicamente seus recursos e desenvolver programas próprios de educação.

Parte da explicação para essa busca de recursos externos está em um decreto de 1974 que determinava a prioridade para os projetos que atraíssem dinheiro do exterior. Por isso os ministros tinham grande interesse em firmar convênios externos como forma de tornar prioritárias as ações de suas pastas.

O ministro da Educação, José Goldemberg, está negociando um novo acordo com o Bird, em torno de US\$ 100 milhões por ano, durante três ou quatro anos. A contrapartida da União tem valor equivalente. Nos próximos anos o país acrescentará sua dívida com o Bird em US\$ 100 milhões por ano, sem contar juros, e aplicará outros US\$ 100 milhões anuais. "Os recursos serão aplicados corretamente desta vez", afirma Goldemberg. (Elvis C. Bonassa/Folha de S. Paulo, 2/1/92)

Governo italiano poderá ajudar Ciacs

O governo italiano poderá investir US\$ 100 mil na estrutura interna e em equipamentos para Ciacs, anunciou em 3 de janeiro a ministra da Saúde da Itália, Elena Marinucci, durante uma visita ao Ciep Nação Rubro Negra e a um Ciac em construção, ambos no Rio

de Janeiro. A notícia foi divulgada pelo governador Leonel Brizola e o ministro da Saúde, Alcení Guerra.

O dinheiro seria obtido através do sistema de cooperação internacional e, para isso, o ministro Alcení Guerra encaminhou um pedido

ao governo italiano. A ministra italiana deverá elaborar um relatório sobre os centros de educação que estão sendo construídos no Brasil. O governador Brizola disse esperar que o relatório da ministra seja "excelente". (Jornal do Brasil,

Desabrigada monta creche sob viaduto

Jonas Cunha/AE

Dois anos depois de não poder matricular sua filha no Instituto de Educação (Rio) porque morava sob um viaduto, a ex-doméstica Aparecida David Dias, de 34 anos, vai de novo ao colégio tentar uma vaga para que Míriam, de 14 anos, possa cursar a 3ª série do 1º grau. Revoltada com a discriminação sofrida pela filha, Aparecida criou, no fim de 1990, a Escola Informal Escrava Anastácia, que funciona sob o viaduto do Metrô, próximo à Praça da Bandeira, onde mora com outras 25 famílias desde que perdeu sua casa em Caxias, na enchente de 1988. A primeira aluna da escola improvisada foi sua própria filha. Há um mês e meio, a ex-doméstica fundou, no mesmo local, a Creche Informal Tia Aparecida, para atender crianças que moram sob o viaduto ou até mesmo em favelas próximas.

A diretora do Instituto de Educação, Lindomar Goldschmidt, disse que, como todos os anos a procura é sempre bem maior do que as vagas disponíveis, o colégio adota vários critérios de seleção, mas nenhum diz respeito às condições de moradia. Lindomar, que, na época em que Aparecida procurou o Instituto ainda não tinha assumido a di-



Escola informal: resposta a um sistema escolar excludente

reção, lamentou o ocorrido.

Desde que a matrícula de sua filha foi rejeitada, a vida de Aparecida, que aos sete anos começou a trabalhar como doméstica, se modificou. Todo o seu tempo passou a ser dedicado à educação de crianças

carentes. Analfabeta, Aparecida conta com a ajuda da advogada Cátia Estrella, de 41 anos, para manter a escola. A advogada dá aulas todos os dias, das 13 às 17h, sem receber. Quando sobra tempo, ajuda a cuidar das crianças na creche. (O Globo, 4/1/92)

Grupo afro educa meninos de rua

O movimento afro adotou os meninos de rua do Recife (PE). Eles não se enxergam mais apenas como uma grande maioria negra que não tem como escapar da marginalidade e, buscam sua identidade no aprendizado da música, da dança, dos valores e da história dos negros no Brasil. Essa resposta inovadora está sendo desenvolvida pelo grupo *Daruê Malungo* (companheiros de batalha, no dialeto banto) com mais de 150 crianças da favela Chão de Estrelas, zona Norte da cidade.

No galpão do *Daruê Malungo*, meninos e meninas aprendem a ler e a escrever, tocam e dançam mais de 20 ritmos afros, fabricam roupas e instrumentos musicais, preparam espetáculos de dança e fazem teatro. Inspirados também nas tradições dos negros africanos, cultivam ervas medicinais, mantêm uma farmácia natural e desenvolvem oficinas de trabalho

Para participar de todas essas atividades, eles passam o dia no *Daruê Malungo*, onde recebem lanche e almoço que ajudam a preparar.

"Quando cheguei aqui eu era todo vergonhoso", conta Everaldo Santos Coelho, 12 anos, que mal falava com as pessoas e acabou se transformando no mais comunicativo do grupo. "Estou aqui há um mês e já aprendi mais sobre as pessoas que sobre a capoeira", diz Cristina Rodrigues do Nascimento, 15 anos, que entrou no *Daruê* interessada apenas na capoeira.

Cada vez mais afinados e talentosos, os pequenos bailarinos e atores costumam receber convites para se exhibir em festas e eventos populares. Essas apresentações são a principal fonte de renda do *Daruê*, que recebe ainda doações de dois centros culturais pernambucanos. A maioria dos 12 educadores são voluntários do movimento negro

Erundina reduz déficit educacional

A prefeita de São Paulo, Lufza Erundina, conseguiu em seus três anos de mandato reduzir o déficit educacional herdado da gestão Jânio Quadros (1986-1988). A Secretaria Municipal de Educação conseguiu, com a ocupação limite da rede de 685 escolas, igualar o crescimento da oferta de vagas ao incremento populacional.

Durante o governo Jânio, a população dos sete aos 14 anos aumentou 16%. As matrículas no 1º grau decresceram 0,5% em relação ao final da administração Mário Covas (1983-1985) - de 423.360 (Covas) para 421.526 (Jânio).

Erundina conseguiu oferecer nestes últimos três anos mais 50.801 vagas no 1º grau (aumento de 12%). No mesmo período, a população de sete a 14 anos cresceu 12,5%, segundo a Fundação Seade. Apesar disso, para zerar o déficit é preciso criar mais 60 mil vagas nas escolas municipais. (Folha de

Após 74 anos, acabou a União Soviética

Um ciclo histórico de 74 anos concluiu-se. No último 25/12, Mikhail Gorbachev demitiu-se do cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e no lugar da bandeira vermelha da foice e do martelo voltou a tremular a velha bandeira russa do tempo dos *czares*, um tricolor branco, azul e vermelho. Seis dias depois, a URSS cessou oficialmente de existir. Seu lugar foi tomado pela recém-criada Comunidade de Estados Independentes (CEI), integrada pelas repúblicas da velha URSS menos a Geórgia e as repúblicas bálticas, sob a liderança política da Rússia e do seu presidente Boris Yeltsin.

A renúncia de Gorbachev, que tinha se tornado inevitável após a criação da CEI, se deu com um seco discurso de 12 minutos, transmitido pela TV. O presidente demissionário criticou o modo como as coisas foram feitas. "Creio que uma decisão de tal magnitude deveria ter sido como base a vontade expressa do povo", disse Gorbachev, que por semanas tinha defendido a ideia da

realização de um plebiscito popular para determinar o futuro da URSS. "Os fatos tomaram um curso diferente. Prevaleceu a política de desmembramento do país e fragmentação do Estado, que é algo com o qual não concordo", acrescentou. No discurso, Gorbachev deixou de lado todos os aspectos pessoais, inclusive o seu profundo menosprezo por Yeltsin - que já começa a ser internacionalmente considerado um populista pouco confiável - para manter a postura de estadista, dizendo que vai fazer todo o possível para viabilizar a CEI. Gorbachev ressaltou que devem ser evitados a todo custo os episódios sangrentos que marcaram o passado da Rússia. Sobre seu futuro político, o ex-presidente soviético disse à CNN que ainda não tem planos definidos, mas que não vai de forma alguma "desaparecer de cena".

Gorbachev, de fato, recebeu dezenas de convites para lecionar nas mais prestigiosas universidades do mundo e para dar palestras a 100 mil dólares cada. Mas Gorbachev parece ter decidido ficar em seu país,

onde recebe apenas uma pensão equivalente a 40 dólares mensais, mas com direito a um apartamento em Moscou, uma casa no campo, duas limusines e 20 guarda-costas. Não há dúvida que ele terá, ainda, um papel importante na vida política da CEI, onde os problemas e as dificuldades já estão se multiplicando.

Seguindo à risca os preceitos do Fundo Monetário Internacional que tantos danos já causaram na América Latina, no início de janeiro a CEI promoveu a liberação generalizada dos preços, que por décadas foram estabelecidos centralmente pelo governo da URSS. Se antes os cidadãos soviéticos tinham que enfrentar longas filas nas lojas estatais e no fim da espera frequentemente encontravam prateleiras quase vazias, os preços livres melhoraram o abastecimento das mercadorias, mas tirando-as do alcance econômico da maioria da população. Estima-se que um terço da população da ex-URSS - cem milhões de pessoas - está debruçada no limiar da miséria. (CEDI, 6/1/92)

Histórico acordo de paz em El Salvador

Após 12 anos de guerra civil e quase 80 mil mortos numa população pouco superior a cinco milhões de habitantes, foi finalmente assinado um tratado de paz entre o governo de El Salvador e os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Para chegar ao acordo, foi central o papel de mediação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, pessoalmente, de seu ex-secretário-geral Perez de Cuellar, cujo mandato

encerrou minutos antes da assinatura do acordo, pouco depois da meia-noite de 31 de dezembro passado, na sede da ONU em Nova York.

A Ata de Nova York, como foi batizado o tratado, prevê entre outros pontos um cessar fogo definitivo a partir do início de fevereiro; a dissolução da estrutura militar guerrilheira; a redução à metade das Forças Armadas e a criação da Polícia Nacional Civil (PNC), que substituirá os atuais organismos ci-

vis de segurança e terá a participação de ex-guerrilheiros. Nas próximas semanas serão acertados todos os detalhes, entre os quais as modalidades de desmobilização das unidades guerrilheiras e os fundamentos da reforma agrária que será implantada no pequeno país centro-americano e, sempre com a mediação da ONU, no dia 16 de março será assinado na Cidade do México o Tratado Final de Paz. (O Estado de S. Paulo, 2/1/92)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR — 52-636/87

